



# INFORMAÇÃO CONSOLIDADA NOVE MESES 2009

*Do sucesso para novos desafios*



# Contas consolidadas

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

## DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (NÃO AUDITADO)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

ACTIVO	Notas	Setembro 2009	Dezembro 2008
<b>Activo não corrente:</b>			
Activos fixos tangíveis	11	2.927.821	2.760.142
Goodwill	26	184.588	171.506
Outros activos fixos intangíveis	11	440.487	409.403
Participações financeiras em associadas e conjuntamente controladas		385.471	297.468
Participações financeiras em participadas		1.030	1.173
Outras contas a receber	13	92.975	83.741
Activos por impostos diferidos		195.364	200.034
Outros investimentos financeiros	16	2.227	4.789
<b>Total de activos não correntes:</b>		<b>4.229.963</b>	<b>3.928.256</b>
<b>Activo corrente:</b>			
Inventários	15	1.223.357	1.076.494
Clientes	14	896.508	987.704
Outras contas a receber	13	557.577	500.475
Outros investimentos financeiros	16	1.288	2.903
Imposto corrente sobre o rendimento a receber		14.043	-
Caixa e seus equivalentes	17	184.279	127.168
<b>Total dos activos correntes:</b>		<b>2.877.052</b>	<b>2.694.744</b>
<b>Total do activo:</b>		<b>7.107.015</b>	<b>6.623.000</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>Setembro 2009</b>	<b>Dezembro 2008</b>
<b>Capital próprio:</b>			
Capital social	18	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Reservas de conversão		(16.984)	(27.449)
Outras reservas		193.364	174.480
Reservas de cobertura		(7.795)	(1.752)
Resultados acumulados		977.159	1.144.432
Dividendos antecipados	23	(49.755)	(124.095)
Resultado líquido consolidado do período	10	259.808	116.971
<b>Total do capital próprio atribuível aos accionistas:</b>		<b>2.267.054</b>	<b>2.193.844</b>
Interesses minoritários		25.675	24.975
<b>Total do capital próprio:</b>		<b>2.292.729</b>	<b>2.218.819</b>
<b>Passivo:</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Empréstimos	19	1.274.154	1.304.078
Empréstimos obrigacionistas	19	700.000	-
Outras contas a pagar	20	69.160	56.156
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios		271.894	255.896
Passivos por impostos diferidos		30.656	18.245
Outros instrumentos financeiros	22	10.342	3.014
Provisões	21	125.122	99.468
<b>Total do passivo não corrente:</b>		<b>2.481.328</b>	<b>1.736.857</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Empréstimos e descobertos bancários	19	407.167	684.949
Empréstimos obrigacionistas	19	1.369	1.711
Fornecedores		892.244	993.266
Outras contas a pagar	20	1.031.679	982.021
Outros instrumentos financeiros	22	499	1.503
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar		-	3.874
<b>Total do passivo corrente:</b>		<b>2.332.958</b>	<b>2.667.324</b>
<b>Total do passivo:</b>		<b>4.814.286</b>	<b>4.404.181</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo:</b>		<b>7.107.015</b>	<b>6.623.000</b>

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008**
**(NÃO AUDITADO)**

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	Setembro 2009	Setembro 2008 reexpresso
<b>Proveitos operacionais:</b>			
Vendas	5	8.828.533	11.387.438
Prestação de Serviços	5	221.208	119.166
Outros proveitos operacionais	5	82.624	60.548
<b>Total de proveitos operacionais:</b>		<b>9.132.365</b>	<b>11.567.152</b>
<b>Gastos operacionais:</b>			
Custo das vendas	6	7.734.553	9.859.622 (a)
Fornecimentos e serviços externos	6	553.674	466.811
Custos com o pessoal	6	243.189	206.106
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de activos fixos	6	184.444	168.660
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	6	44.451	41.356
Outros custos operacionais	6	31.977	28.819
<b>Total de gastos operacionais:</b>		<b>8.792.288</b>	<b>10.771.374 (a)</b>
<b>Resultados operacionais:</b>		<b>340.077</b>	<b>795.778 (a)</b>
Proveitos financeiros	8	9.802	8.621
Custos financeiros	8	(62.525)	(38.200)
Ganhos (perdas) cambiais		835	(13.939)
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas	9	56.119	33.058
Rendimentos de instrumentos financeiros	22	12	(173)
Outros ganhos e perdas		(1.051)	(1.036)
<b>Resultado antes de impostos:</b>		<b>343.269</b>	<b>784.109 (a)</b>
Imposto sobre o rendimento		(79.412)	(212.503) (a)
<b>Resultado antes de interesses minoritários:</b>		<b>263.857</b>	<b>571.606 (a)</b>
Resultado afecto aos interesses minoritários		(4.049)	(3.478)
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>	10	<b>259.808</b>	<b>568.128 (a)</b>
<b>Resultado por acção (valor em Euros)</b>	10	<b>0,31</b>	<b>0,69 (a)</b>

(a) Valores reexpressos face às demonstrações financeiras aprovadas no período findo em 30 de Setembro de 2008 (vide Nota 2.1.i)).

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o período findo em 30 de Setembro de 2009.

## Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008 (NÃO AUDITADO)**

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	Setembro 2009	Setembro 2008
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>	10	<b>259.808</b>	<b>568.128 (a)</b>
<u>Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios:</u>			
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas do Grupo)		14.042	5.562
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas Associadas)		(3.577)	1.695
		10.465	7.257
Aumentos / diminuições reservas de cobertura	22	(7.490)	(391)
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios resultantes de Empresas Associadas	22	(712)	163
Imposto relacionado com as componentes de Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		2.159	85
		(6.043)	(143)
<b>Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios líquidos de imposto</b>		<b>4.422</b>	<b>7.114</b>
<b>Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios antes de interesses minoritários:</b>		<b>264.230</b>	<b>575.242</b>
Outros Ganhos e Perdas de interesses minoritários		700	2.055
<b>Ganhos e Perdas consolidados reconhecidos nos Capitais Próprios:</b>		<b>264.930</b>	<b>577.297</b>

(a) Resultado líquido do período findo em Setembro 2008 reexpresso (vide Nota 2.1.i)).

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o período findo em 30 de Setembro de 2009.

**GALP ENERGIA, SGPS, S.A. e Subsidiárias**
**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008 (NÃO AUDITADO)**

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Setembro 2009	Setembro 2008
<b>Actividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		8.691.817	11.773.898
Pagamentos a fornecedores		(5.557.508)	(9.125.610)
Pagamentos ao pessoal		(185.407)	(147.572)
(Pagamentos)/recebimentos de imposto sobre produtos petrolíferos		(2.253.874)	(1.647.303)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(81.987)	(135.034)
Contribuições para o fundo de pensões		(1.651)	
Pagamentos a reformados antecipadamente e pré-reformados		(9.667)	(9.690)
Pagamentos de despesas de seguro com os reformados		(7.144)	(7.841)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(328.170)	(212.341)
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>266.409</b>	<b>488.507</b>
<b>Actividades de investimento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Participações financeiras		95	870
Activos fixos tangíveis		708	3.301
Subsídios de investimento	12	16.127	1.947
Juros e proveitos similares		1.329	1.433
Dividendos	4	23.133	17.071
Empréstimos concedidos		12.632	613
		<b>54.024</b>	<b>25.235</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras		(7.640)	(14.497)
Activos fixos tangíveis		(454.600)	(425.920)
Activos fixos intangíveis		(28.034)	(39.706)
Empréstimos concedidos		(16.190)	(154)
		<b>(506.464)</b>	<b>(480.277)</b>
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>(452.440)</b>	<b>(455.042)</b>
<b>Actividades de financiamento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.129.252	317.876
Juros e proveitos similares		747	2.602
Letras descontadas		13.067	7.531
		<b>1.143.066</b>	<b>328.349</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(698.389)	(256.782)
Juros de empréstimos obtidos		(13.712)	(6.713)
Juros e custos similares		(44.074)	(29.188)
Dividendos/distribuição de resultados	23	(143.925)	(139.976)
Reembolso de letras descontadas		(4.680)	(6.789)
Amortizações e juros de contratos de locação financeira		(108)	(69)
Juros de contratos de locação financeira		-	(5)
Juros de empréstimos obrigacionistas		(64)	(626)
		<b>(904.952)</b>	<b>(440.148)</b>
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>238.114</b>	<b>(111.799)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		52.083	(78.334)
Efeito das diferenças de câmbio		16.132	3.256
Caixa e seus equivalentes no início do período	17	(238.835)	(16.910)
Variação de Perímetro		(9.582)	3.660
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17	(180.202)	(88.328)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o período findo em 30 de Setembro de 2009.

Galp Energia, SGPS, S.A e subsidiárias

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM**  
**30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008 (NÃO AUDITADO)**  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Movimentos do período	Notas	Capital social	Prémios de emissão de ações	Reservas de conversão	Outras reservas	Reservas de cobertura	Resultados acumulados	Dividendos antecipados	Resultado líquido consolidado do período	Sub-Total	Interesses minoritários	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2007 - reexpresso (a)</b>		829.251	82.006	(22.818)	146.438	1.307	717.562	(126.046)	720.272	2.347.972	21.988	2.369.960
Resultado líquido consolidado do período	10	-	-	-	-	-	-	-	568.128	568.128	-	568.128
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	7.257	-	(143)	-	-	-	7.114	2.055	9.169
Rendimento integral do período		-	-	7.257	-	(143)	-	-	568.128	575.242	2.055	577.297
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados		-	-	-	-	-	(265.360)	126.046	-	(139.314)	-	(139.314)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	28.042	-	692.229	-	(720.272)	(1)	-	(1)
<b>Saldo em 30 de Setembro de 2008 - reexpresso (a)</b>		829.251	82.006	(15.561)	174.480	1.164	1.144.431	-	568.128	2.783.899	24.043	2.807.942
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>		829.251	82.006	(27.449)	174.480	(1.752)	1.144.432	(124.095)	116.971	2.193.844	24.975	2.218.819
Resultado líquido consolidado do período	10	-	-	-	-	-	-	-	259.808	259.808	-	259.808
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	10.465	-	(6.043)	-	-	-	4.422	700	5.122
Rendimento integral do período		-	-	10.465	-	(6.043)	-	-	259.808	264.230	700	264.930
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados	23	-	-	-	-	-	(265.360)	74.340	-	(191.020)	-	(191.020)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	18.884	-	98.087	-	(116.971)	-	-	-
<b>Saldo em 30 de Setembro de 2009</b>		829.251	82.006	(16.984)	193.364	(7.795)	977.159	(49.755)	259.808	2.267.054	25.675	2.292.729

(a) Valores reexpressos face às demonstrações financeiras aprovadas no período findo em 30 de Setembro de 2008 (vide Nota 2.1.ii).

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o período findo em 30 de Setembro de 2009.

## ÍNDICE DE NOTAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA .....	8
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	12
3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO .....	15
4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS E CONJUNTAMENTE CONTROLADAS.....	15
5. PROVEITOS OPERACIONAIS.....	16
6. CUSTOS OPERACIONAIS.....	17
7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS .....	19
8. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS.....	20
9. RESULTADOS RELATIVOS A PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS E CONJUNTAMENTE CONTROLADAS.....	21
10. RESULTADOS POR ACÇÃO.....	23
11. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS.....	24
12. SUBSÍDIOS.....	26
13. OUTRAS CONTAS A RECEBER .....	27
14. CLIENTES .....	30
15. INVENTÁRIOS .....	31
16. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS .....	32
17. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES .....	33
18. CAPITAL SOCIAL.....	34
19. EMPRÉSTIMOS .....	35
20. OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	39
21. PROVISÕES .....	41
22. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS .....	43
23. DIVIDENDOS .....	48
24. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS .....	48
25. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS.....	49
26. VARIAÇÃO DO GOODWILL .....	50

## **GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS**

### **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

**EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 (NÃO AUDITADO)**

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

#### **1. NOTA INTRODUTÓRIA**

##### **a) Empresa – mãe:**

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), foi constituída sobre a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de Abril de 1999, com a denominação de “Galp – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S.A.”, tendo adoptado, em 13 de Setembro de 2000, a denominação actual – Galp Energia, SGPS, S. A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações directas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.; GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. e Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. (“Transgás, S.A.” actualmente denominada por Galp Gás Natural, S.A.).

Ao longo dos últimos anos a estrutura accionista da Empresa sofreu diversas alterações encontrando-se a posição em 30 de Setembro de 2009 evidenciada na Nota 18.

Parte das acções da Empresa representativas de 25,32% do Capital Social encontram-se cotadas em bolsa, na Euronext Lisbon.

##### **b) O Grupo:**

Em 30 de Setembro de 2009 o Grupo Galp (“Grupo”) é constituído pela Galp e subsidiárias, as quais incluem: (i) a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (“Petrogal”) e respectivas subsidiárias que desenvolvem as suas actividades de “upstream” e “downstream” na área do petróleo bruto e seus derivados; (ii) a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade na área do gás natural; (iii) a Galp Power, SGPS, S.A. e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade no sector da electricidade e das energias renováveis; e (iv) a Galp Energia, S.A., empresa que desenvolve os serviços de suporte corporativos.



#### b1) Actividade de “Upstream” e “Downstream” na área do petróleo bruto

A Petrogal é a única empresa a operar no sector da refinação de petróleos em Portugal e controla maioritariamente a distribuição de produtos refinados de petróleo através da marca GALP, da qual é proprietária. A Petrogal e as suas subsidiárias desenvolvem a sua actividade na área da exploração e produção (“upstream”) e da refinação e distribuição (“downstream”) de petróleo bruto e seus derivados.

#### b2) Actividade de Gás Natural

As empresas subsidiárias do Grupo GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. que têm actividade de: i) aprovisionamento, venda a produtores de electricidade em regime ordinário e venda ao comercializador de último recurso grossista, nomeadamente através da Galp Gás Natural, S.A.; ii) armazenagem através da Transgás Armazenagem, S.A. e iii) distribuição e comercialização de gás natural, nomeadamente através da LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., que operam com base em contratos de concessão celebrados com o Estado Português, que tinham data de término em 2028 (ou 2034 no caso da Beiragás). Os contratos iniciais, excepto o da Galp Gás Natural, S.A., estiveram em vigor até ao ano de 2007 (inclusive). Em 11 de Abril de 2008 foram assinados novos contratos de concessão com efeitos a 1 de Janeiro de 2008 e que terminam em 2045 no caso da actividade de armazenagem e 2047 no caso das actividades de distribuição e comercialização de gás natural ao abrigo da nova legislação para este sector. Findo este prazo, os bens afectos às concessões serão transferidos para o Estado Português e as empresas serão indemnizadas por um montante correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens àquela data, líquido de amortizações, participações financeiras e subsídios a fundo perdido.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, que aprovou a estratégia nacional para a energia, estabelece como uma das linhas de orientação a liberalização e a promoção da concorrência nos mercados energéticos, através da alteração dos respectivos enquadramentos estruturais.

O decreto-lei n.º 30/2006, de 15 de Fevereiro, concretizando no plano normativo a linha estratégica da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, define para o sector do gás natural um quadro legislativo coerente e articulado com a legislação comunitária e os principais objectivos estratégicos aprovados na referida resolução. Neste quadro, são estabelecidos os princípios de organização e funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural, bem como as regras gerais aplicáveis ao exercício das actividades de recepção, armazenamento e regaseificação de GNL, armazenamento subterrâneo, transporte, distribuição e comercialização, transpondo--se, desta forma, os princípios da Directiva n.º 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, tendo por finalidade o incremento de um mercado livre e concorrencial. A organização do Sistema Nacional de Gás Natural assenta fundamentalmente na exploração da rede pública de gás natural, constituída pela Rede Nacional de Transporte, Instalações de Armazenamento e Terminais e pela Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural. A exploração destas infra-estruturas processa-se através de concessões de serviço público, ou de licenças de serviço

público no caso de redes locais autónomas de distribuição. Simultaneamente, nas condições a estabelecer em legislação complementar, permite-se a distribuição privativa de gás natural através de licença para o efeito.

A actividade de comercialização de gás natural é livre, ficando, contudo, sujeita a atribuição de licença pela entidade administrativa competente, definindo-se claramente o elenco dos direitos e dos deveres na perspectiva de um exercício transparente da actividade. No exercício da sua actividade, os comercializadores podem livremente comprar e vender gás natural. Para o efeito, têm o direito de acesso às instalações de armazenamento e terminais de GNL, às redes de transporte e às redes de distribuição, mediante o pagamento de uma tarifa regulada. O livre exercício de comercialização de gás natural fica sujeito ao regime transitório estabelecido para a abertura gradual do mercado, tendo em consideração o estatuto de mercado emergente e da derrogação que lhe está associada.

Nos termos referidos no decreto-lei, supra referido, as actividades que se integram na rede pública de gás natural, a comercialização de gás natural de último recurso e a operação logística de mudança de fornecedor estão sujeitas a regulação. Sem prejuízo das competências de outras entidades administrativas, a regulação sectorial é da competência da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

De forma a concretizar a separação das actividades de distribuição e comercialização de gás natural foram assinados contratos entre as distribuidoras regionais e a Galp Gás Natural, S.A. relativamente à transmissão de activos regulados. Adicionalmente, foram constituídas empresas comercializadoras, nas regiões em que o número de clientes é superior a 100 mil, com vista à separação da actividade de comercialização da actividade de distribuição.

Em 12 de Julho de 2008 foi publicado o Despacho n.º 13/2008, no qual a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (“ERSE”) procedeu à fixação de tarifas a aplicar pelas entidades que desenvolvem actividades reguladas para o ano gás 2008-2009 por forma a que sejam recuperados os proveitos permitidos para aquele período, conforme previsto no artigo 149º do Regulamento Tarifário.

Em 15 de Junho de 2009 foi publicado o Despacho ERSE n.º 10/2009, no qual se procedeu à fixação de tarifas a aplicar pelas entidades que desenvolvem actividades reguladas para o ano gás 2009-2010 por forma a que sejam recuperados os proveitos permitidos para aquele período, conforme previsto no artigo 149º do Regulamento Tarifário.

O ano gás representa o período entre 01 de Julho de um ano até 30 de Junho do ano seguinte.

As tarifas a debitar aos clientes incluem a tarifa de energia, a tarifa de uso da rede de transporte, a tarifa de uso global do sistema de gás natural, a tarifa de uso da rede de distribuição, e ainda a tarifa de comercialização, que remuneram as actividades reguladas.

No âmbito do referido regulamento as Empresas do Grupo desenvolvem as actividades de armazenagem, distribuição e comercialização de último recurso de gás natural.

### b3) Actividade de Geração de Energia

As empresas subsidiárias do Grupo Galp Power desenvolvem as actividades relacionadas com a produção e comercialização de energia eléctrica e térmica.

### c) Segmentos de Negócio

A actividade do Grupo Galp Energia compreende os seguintes negócios:

- O segmento de negócio de Exploração e Produção (“E&P”) é responsável pela presença da Galp Energia no sector “upstream” da indústria petrolífera, levando a cabo a supervisão e execução de todas as actividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos essencialmente em Angola, Brasil, Moçambique e Timor-Leste.
- O segmento de negócio de Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos (“Refinação e Distribuição”) detém as duas únicas refinarias existentes em Portugal e inclui ainda todas as actividades de comercialização, a retalho e grossista, de produtos refinados (incluindo GPL). O segmento de Refinação e Distribuição controla igualmente a maior parte das infra-estruturas de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos em Portugal, as quais se encontram estrategicamente localizadas, quer para a exportação quer para a distribuição dos produtos nos principais centros de consumo. Esta actividade de comercialização a retalho com a marca Galp, estende-se ainda a Espanha, Moçambique, Guiné Bissau, Gâmbia e Suazilândia com subsidiárias totalmente detidas pelo grupo e “joint-ventures” em Angola e Cabo Verde.
- O segmento de negócio de Gás e Power abrange as áreas de negócio de Aprovisionamento, Comercialização e Distribuição de Gás Natural e a Cogeração de Energia.
  - A área de Aprovisionamento e Comercialização de Gás Natural destina-se a fornecer gás natural a grandes clientes industriais, com um consumo anual superior a 2 milhões de m<sup>3</sup>, a empresas produtoras de electricidade, às empresas integradas comercializadoras de gás natural e às UAG ‘s (“Unidades Autónomas de Gás”). A Galp também mantém os contratos de aprovisionamento de longo prazo com empresas da Argélia e da Nigéria, por forma a satisfazer a procura dos seus clientes.
  - A área de Distribuição e Comercialização de Gás Natural, em conjunto com as empresas distribuidoras e comercializadoras de gás natural nas quais a Galp Energia detém participações significativas, tem em vista a venda de gás natural a clientes residenciais, comerciais e industriais com consumos anuais inferiores a 2 milhões de m<sup>3</sup>.
  - A área de Power produz actualmente energia eléctrica e térmica que fornece a grandes clientes industriais. Actualmente a Galp Energia detém participações em cinco centrais de cogeração com

uma capacidade instalada total de 80 MW. Adicionalmente, detém participação em parques eólicos e central ou centrais de ciclo combinado, os quais se encontram ainda em fase de investimento.

As Demonstrações Financeiras anexas são apresentadas em Euros (moeda funcional), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações consolidadas do grupo Galp Energia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, efectivas para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2009. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – International Financial Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "IFRS".

O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras consolidadas anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira consolidada intercalar preparada ao abrigo da IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar. Assim, na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportáveis de Activos e Passivos, assim como as quantias reportáveis de Proveitos e Custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram contudo efectuadas, com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

A 30 de Setembro de 2009, as "alterações às IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, relativos aos Itens elegíveis para cobertura" foram publicadas no JOUE ("Jornal Oficial da União Europeia") em 16 de Setembro de 2009, sendo aplicáveis o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 30 de Junho de 2009. Considera-se que estas alterações não têm impacto contabilístico no Grupo Galp. As "alterações às IAS 39 e IFRS 7 Reclassificação de activos financeiros – Data de eficácia e transição (emendas à IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e à IFRS 7 Instrumentos financeiros: divulgações)" foram publicadas no JOUE em 10 de Setembro de 2009 não tendo impacto contabilístico no Grupo. A interpretação "IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis" publicada no JOUE em 23 de Julho de 2009 não tem impacto significativo na sua implementação. As emendas à IFRS1 - "Adopção pela primeira vez de normas internacionais de relato financeiro"

e IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" denominadas como "Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada", foram aprovadas e publicadas no JOUE em 23 de Janeiro de 2009, tendo aplicação a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações foram adoptadas sem impacto significativo para o Grupo. A interpretação IFRIC 12 - "Acordos de concessão de serviços" foi aprovada e publicada no JOUE em 25 de Março de 2009 e tem aplicação o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que se inicie após três dias da data de aprovação e publicação da interpretação no JOUE. O Grupo encontra-se a estudar os impactos da implementação da interpretação. A 12 de Junho de 2009 foram publicadas no JOUE a emenda à IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" e a revisão à IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais", com alguns impactos contabilísticos na forma de apresentação de futuras aquisições, fusões ou vendas de participações que o Grupo Galp Energia poderá efectuar a partir de 1 de Janeiro de 2010. Foi igualmente publicada a interpretação IFRIC 16 – "Cobertura de um Investimento Líquido numa unidade operacional estrangeira" em 5 de Junho de 2009, sem impacto contabilístico no Grupo Galp.

Durante o terceiro trimestre do ano de 2009 foram somente divulgadas as variações materiais exigidas pelo normativo IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações. Para as restantes divulgações exigidas por este normativo, consultar o anexo consolidado a Dezembro de 2008.

## 2.1 Alteração de políticas contabilísticas

- i) O Grupo Galp Energia decidiu no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 alterar a sua política contabilística quanto à classificação na demonstração de resultados de determinados custos e proveitos abaixo discriminados, tendo efectuado reexpressão na informação relativa ao período findo em 30 de Setembro de 2008 apresentada para efeitos comparativos:

- Em 2008 foi alterado o critério valorimétrico das saídas de inventários de FIFO para Custo Médio Ponderado (CMP). A Galp Energia utilizava o critério FIFO desde 2004, altura em que começou a adoptar as IAS/IFRS, uma vez que o critério LIFO não é aceite por esses normativos. No entanto, tendo em consideração a variedade de stocks existentes na Galp Energia, e as respectivas localizações geográficas, verificou-se que o critério CMP é o mais adequado à realidade da empresa e já amplamente utilizado pelas empresas do sector. Para tornar os períodos comparáveis, estas alterações foram repercutidas no período findo em 30 de Setembro trimestre de 2008.

Os impactos no período findo em 30 de Setembro de 2008 nas rubricas da demonstração de resultados consolidada da alteração da política contabilística anteriormente descrita, ocorrida no ano de 2008 podem ser resumidos como segue:

Demonstração de Resultados:

Rubricas	Reexpresso Setembro 2008	Efeito da alteração para custo médio ponderado	Setembro 2008
Custo das vendas (Nota 6)	9.859.622	(62.587)	9.922.209
Imposto sobre o rendimento	(212.503)	(15.534)	(196.969)

- ii) Durante o período findo em Setembro de 2009 a Galp alterou a política de contabilização das participações em empresas de controlo accionista conjunto. Até ao final de 2008 a Galp Energia consolidou pelo método proporcional todas as suas participações em empresas conjuntamente controladas com outras entidades, suportadas pela IAS 31. Porém, esta norma admite igualmente, como tratamento alternativo, a adopção do método da equivalência patrimonial (MEP).

O IASB (International Accounting Standard Board), entidade que procede ao estudo e revisão sistemática das normas IAS/IFRS, publicou a este propósito em Setembro de 2007 o “Exposure Draft” n.º 9 (ED9) no qual põe em causa a utilização do método proporcional no registo das participações de controlo conjunto, na medida em que nestas situações as entidades participantes não dispõem individualmente do controlo efectivo da sua quota parte dos activos ou não são responsáveis pela quota parte dos respectivos passivos. Recomenda-se neste ED9 a adopção do MEP em substituição do método de consolidação proporcional.

Apesar de se ter atrasado a aplicação do ED9, inicialmente prevista para o primeiro trimestre de 2009, a Galp Energia, uma vez que concorda com os fundamentos deste “Exposure Draft” e dado ser um tratamento alternativo já permitido pela IAS 31, decidiu alterar a contabilização das participações em empresas de controlo accionista conjunto do método de consolidação proporcional para o método de equivalência patrimonial, a partir do primeiro trimestre de 2009.

Não sendo praticável refazer o consolidado das contas do Grupo Galp Energia retrospectivamente para todo o ano de 2008 o Grupo não irá apresentar contas reexpressas com a alteração desta política contabilística. Porém, seguirá escrupulosamente as recomendações contidas na IAS 31, no que se refere às divulgações a apresentar.

As empresas envolvidas nesta alteração de política contabilística são: a Sigás, a ASA, a CLC, a Caiageste e o Grupo Ventinveste.

Para esclarecimentos adicionais sobre as demais políticas contabilísticas seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas intercalares e outras informações, consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2008 e o respectivo anexo.

### 3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Durante o período findo em 30 de Setembro de 2009, o perímetro de consolidação foi alterado face a 31 de Dezembro de 2008, na medida em que as empresas conjuntamente controladas que consolidavam pelo método proporcional passaram a ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial (vide Nota 2.1.ii).

A informação contabilística a 30 de Setembro de 2009 sobre as empresas conjuntamente controladas encontra-se evidenciada na Nota 9.

A Galp Energia, SGPS, S.A. subscreveu 100% da Next Priority, SGPS, S.A. a qual foi constituída em Julho de 2009, não tendo realizado qualquer operação neste trimestre.

A subsidiária Eival – Sociedade de Empreendimentos, Investimentos e Armazenagem de Gases, S.A., foi integrada na Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., através de um processo de fusão por incorporação com efeitos a 1 de Janeiro de 2009.

### 4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS E CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

O valor recebido de dividendos no período findo em 30 de Setembro de 2009 foi de mEuros 23.133 dos quais:

- mEuros 9.750 foram distribuídos pela CLC – Companhia Logística de Combustíveis, S.A.;
- mEuros 1.640 foram distribuídos pela Companhia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A. (“CLH”);
- mEuros 4.420 pela associada EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd.;
- mEuros 3.797 foram distribuídos pelo Gasoduto Extremadura, S.A.;
- mEuros 3.173 foram distribuídos pelo Gasoduto Al – Andalus, S.A.;
- mEuros 281 pela associada Metragaz, S.A.;
- mEuros 72 pela associada Empresa Nacional de Combustíveis – Enacol, S.A.R.L..

## 5. PROVEITOS OPERACIONAIS

Seguidamente apresenta-se o detalhe dos rendimentos operacionais do grupo durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2009 e 2008:

Rubricas	Setembro 2009	Setembro 2008
Vendas:		
de mercadorias	4.243.102	3.912.118
de produtos	4.585.431	7.475.320
	<u>8.828.533</u>	<u>11.387.438</u>
Prestações de serviços	<u>221.208</u>	<u>119.166</u>
Outros proveitos operacionais:		
Proveitos suplementares	29.453	38.623
Trabalhos para a própria empresa	22.438	9.053
Ganhos em imobilizações	3.539	1.764
Subsídios à exploração	4.686	5.155
Outros	<u>22.508</u>	<u>5.953</u>
	<u>82.624</u>	<u>60.548</u>
	<u><u>9.132.365</u></u>	<u><u>11.567.152</u></u>

O montante das vendas de produtos no período findo em 30 de Setembro de 2009 teve uma redução significativa quando comparado com as do mesmo período de 2008, originada essencialmente pela redução do preço de venda dos produtos combustíveis ocorrida a partir do segundo semestre de 2008 e pela redução das quantidades vendidas em Portugal verificada no primeiro semestre de 2009. O montante das vendas de mercadorias manteve-se equivalente ao apurado no primeiro semestre de 2008, pese embora a significativa quebra de preços anteriormente referida, face ao crescimento do volume de vendas verificado em Espanha com a aquisição das redes da Agip e da Esso naquele país.

As vendas de combustíveis incluem o valor de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

O incremento da rubrica de prestações de serviços decorre essencialmente das alterações regulatórias introduzidas no sector do gás natural.

A rubrica de vendas inclui o montante de mEuros 26.810 relativo à diferença entre o custo de aquisição do gás natural aos fornecedores do grupo e os preços de venda definidos pela ERSE para o ano gás 2008-2009, os quais são actualizados trimestralmente.



A rubrica de proveitos suplementares inclui essencialmente proveitos relativos a taxas de exploração, taxas de espaços publicitários, taxas de lavagens automáticas, entre outras debitadas a revendedores por utilização da marca GALP.

A rubrica de outros inclui o montante de (i) mEuros 6.881 que está relacionado com a indemnização que a Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. , receberá derivado do incidente na refinaria de Sines em Janeiro de 2009 e (ii) mEuros 4.124 referentes a venda de títulos de emissão de CO<sub>2</sub>, não utilizados em 2008 e nos três trimestres de 2009.

## **6. CUSTOS OPERACIONAIS**

Os resultados dos períodos findos em 30 de Setembro de 2009 e 2008 foram afectados pelas seguintes rubricas de custos operacionais:

Rubricas	Setembro 2009	Setembro 2008
<b>Custo das Vendas:</b>		
Mercadorias	2.635.864	2.410.643 (a)
Matérias primas e subsidiárias	3.142.278	5.800.140 (a)
Imposto sobre petróleo	2.241.114	1.762.459
Variação da produção	162.869	(214.963) (a)
Ajustamentos ao inventário	(441.773)	88.316 (a)
Derivados financeiros	(5.799)	13.027
	<b>7.734.553</b>	<b>9.859.622</b> (a)
<b>Fornecimentos e serviços externos:</b>		
Subcontratos	3.689	3.726
Rendas e alugueres	57.990	36.000
Conservação e reparação	50.479	36.056
Publicidade	9.937	15.206
Transporte de mercadorias	83.968	70.700
Seguros	25.761	15.495
Comissões	18.248	8.384
Armazenagem e enchimento	61.029	39.101
Serviços e taxas portuárias	9.700	13.936
Outros serviços especializados	150.637	158.445
Outros fornecimentos e serviços externos	48.290	38.106
Outros custos	33.946	31.656
	<b>553.674</b>	<b>466.811</b>
<b>Custos com o pessoal:</b>		
Remunerações órgãos sociais (Nota 24)	3.476	4.384
Remunerações do pessoal	153.217	140.573
Encargos sociais	37.944	29.271
Benefícios de reforma - pensões e seguros	39.090	22.908
Outros seguros	5.769	5.390
Outros gastos	3.693	3.580
	<b>243.189</b>	<b>206.106</b>
<b>Amortizações, depreciações e imparidades:</b>		
Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis	165.025	151.550
Amortizações e imparidades de activos fixos intangíveis	19.419	17.110
	<b>184.444</b>	<b>168.660</b>
<b>Provisões e imparidade de contas a receber</b>		
Provisões e reversões	36.120	34.167
Provisões ambientais	(3.579)	-
Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 14)	16.930	6.933
Perdas de imparidade de outras contas a receber (Nota 13)	(5.020)	256
	<b>44.451</b>	<b>41.356</b>
<b>Outros custos operacionais</b>		
Outros impostos	8.514	6.116
Perdas em Imobilizações	8.992	10.849
Outros custos operacionais	14.471	11.854
	<b>31.977</b>	<b>28.819</b>
	<b>8.792.288</b>	<b>10.771.374</b> (a)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.1.i).

A variação ocorrida entre o período findo em 30 de Setembro de 2009 e de 2008 ao nível das rubricas de custo das vendas de mercadorias e de matérias-primas e subsidiárias, resulta dos motivos indicados para a variação das vendas de produtos por mercados na Nota 5.

A variação da rubrica de rendas e alugueres e da rubrica comissões no período findo em 30 de Setembro de 2009 face ao período findo em 30 de Setembro de 2008 resulta das aquisições de participações financeiras ocorridas no decurso do segundo semestre de 2008.

O montante de mEuros 25.761 na rubrica de seguros inclui o montante de mEuros 7.000 referente ao risco assumido pela subsidiária Tagus RE, relativo ao incêndio ocorrido em Janeiro de 2009 na refinaria de Sines.

A variação verificada na rubrica de reduções ao inventário ficou a dever-se à reversão da provisão constituída em Dezembro de 2008 face ao comportamento das cotações internacionais dos produtos petrolíferos que se aproximaram ou ultrapassaram os valores contabilísticos das existências.

O montante de mEuros 36.120 respeitante a provisões e reversões inclui essencialmente o reforço da provisão para fazer face ao diferendo sobre o preço do gás existente entre a Galp Gás Natural, S.A. e a Nigéria Liquified Natural Gas Limited, no montante de mEuros 26.288.

## 7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

### Segmentos de negócio

Por questões estratégicas, o grupo está actualmente organizado em quatro segmentos de negócio, com as seguintes unidades de negócio:

- Gás e Power;
- Refinação e Distribuição de produtos Petrolíferos;
- Exploração e Produção;
- Outros.

Relativamente ao segmento de negócio “outros”, o grupo considerou a empresa holding Galp Energia, SGPS, S.A., e empresas com actividades distintas nomeadamente a Tagus Re, S.A. e a Galp Energia, S.A..

Seguidamente apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados anteriormente, em 30 de Setembro de 2009 e 2008 relativamente ao resultado das operações e em 30 de Setembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 relativamente à informação financeira relativa à demonstração da posição financeira:

	Aprovisionamento e Transporte de Gás Natural		Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos		Exploração e Produção		Electricidade		Outros		Eliminações		Consolidado	
	2009	2008 (a)	2009	2008 (a)	2009	2008 (a)	2009	2008 (a)	2009	2008 (a)	2009	2008	2009	2008 (a)
<b>Proveitos</b>														
Vendas e Prestações Serv	1.032.001	1.408.825	8.053.445	10.098.366	99.171	171.279	23.437	26.865	84.643	86.532	(242.956)	(285.260)	9.049.741	11.506.607
Inter-segmentais	74.060	56.613	857	1.409	91.108	145.602	6.207	20	70.724	81.615	(242.956)	(285.260)	-	-
Externas	957.941	1.352.212	8.052.588	10.096.957	8.064	25.676	17.230	26.845	13.919	4.916	-	-	9.049.741	11.506.607
<b>EBITDA IAS/IFRS (1)</b>	<b>121.581</b>	<b>296.394</b>	<b>376.750</b>	<b>533.313</b>	<b>65.131</b>	<b>165.992</b>	<b>3.374</b>	<b>3.937</b>	<b>2.116</b>	<b>6.176</b>	<b>21</b>	<b>(19)</b>	<b>568.973</b>	<b>1.005.796</b>
<b>Gastos não Desembolsáveis</b>														
Amortizações e Ajustamentos	(18.106)	(20.809)	(131.188)	(95.824)	(32.472)	(49.488)	(2.304)	(2.277)	(374)	(262)	-	-	(184.444)	(168.660)
Provisões (liq.)	(31.989)	(32.518)	(7.012)	(6.514)	(4.597)	(3.267)	(0)	(5)	(852)	948	-	-	(44.452)	(41.355)
<b>Resultados Segmentais IAS/IFRS</b>	<b>71.485</b>	<b>243.068</b>	<b>238.550</b>	<b>430.976</b>	<b>28.061</b>	<b>113.237</b>	<b>1.070</b>	<b>1.656</b>	<b>890</b>	<b>6.862</b>	<b>21</b>	<b>(19)</b>	<b>340.078</b>	<b>795.780</b>
Resultados Financeiros	24.625	16.272	(19.006)	(26.115)	(1.082)	(10.950)	(2.013)	(1.611)	688	10.715	(20)	19	3.192	(11.672)
Imposto sobre o Rendimento	(22.220)	(62.038)	(43.563)	(97.634)	(11.776)	(49.024)	(59)	(153)	(1.795)	(3.653)	-	-	(79.413)	(212.502)
Interesses Minoritários	(2.055)	(1.875)	(1.374)	(724)	-	-	(620)	(879)	-	-	-	-	(4.049)	(3.478)
<b>Resultados Líquido IAS/IFRS</b>	<b>71.835</b>	<b>195.427</b>	<b>174.607</b>	<b>306.502</b>	<b>15.204</b>	<b>53.263</b>	<b>(1.622)</b>	<b>(987)</b>	<b>(217)</b>	<b>13.924</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>259.808</b>	<b>568.128</b>

Em 30 de Setembro de 2009 e 31 Dezembro 2008

#### OUTRAS INFORMAÇÕES

##### Activos do Segmento (2)

Investimento Financeiro (3)	106.263	86.874	279.180	211.301	301	-	301	17	455	450	-	-	386.501	298.642
Outros Activos	1.374.645	1.430.503	4.495.085	4.407.717	876.252	693.494	166.927	141.823	2.226.724	1.551.120	(2.419.115)	(1.900.298)	6.720.515	6.324.358
<b>Activos Totais Consolidados</b>	<b>1.480.908</b>	<b>1.517.376</b>	<b>4.774.265</b>	<b>4.619.019</b>	<b>876.554</b>	<b>693.494</b>	<b>167.229</b>	<b>141.840</b>	<b>2.227.178</b>	<b>1.551.570</b>	<b>(2.419.115)</b>	<b>(1.900.298)</b>	<b>7.107.015</b>	<b>6.623.000</b>
<b>Passivos Totais Consolidados</b>	<b>999.776</b>	<b>938.545</b>	<b>4.009.941</b>	<b>3.600.320</b>	<b>163.364</b>	<b>239.458</b>	<b>166.655</b>	<b>139.552</b>	<b>1.893.670</b>	<b>1.386.604</b>	<b>(2.419.115)</b>	<b>(1.900.298)</b>	<b>4.814.286</b>	<b>4.404.181</b>

(1) EBITDA = Resultados Segmentais/EBIT + Amortizações+Provisões

(2) Quantia líquida.

(3) Pelo Método da Equivalência Patrimonial.

(a) Valores reexpressos

## 8. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

O detalhe do valor apurado relativamente a rendimentos e gastos financeiros para os períodos findos em 30 de Setembro de 2009 e 2008 é como segue:

	Setembro 2009	Setembro 2008
<b>Proveitos financeiros:</b>		
Juros de depósitos bancários	2.756	3.721
Outros proveitos financeiros	5.339	2.549
Juros obtidos e outros proveitos relativos a empresas relacionadas	1.707	2.351
	<b>9.802</b>	<b>8.621</b>
<b>Custos financeiros:</b>		
Juros de empréstimos e descobertos bancários	(55.812)	(24.939)
Juros capitalizados nos activos fixos	7.379	1.381
Securitização de contas a receber - encargos financeiros	-	(3.932)
Outros custos financeiros	(13.784)	(10.279)
Juros suportados relativos a empresas relacionadas	(308)	(431)
	<b>(62.525)</b>	<b>(38.200)</b>

A variação da rubrica de custos financeiros relativa a juros de empréstimos e descobertos bancários no período findo em 30 de Setembro de 2009 face ao período homologado de 2008 deve-se a um aumento de empréstimos obtidos que ocorreu no último trimestre de 2008, resultante das aquisições de participações financeiras ocorridas no decurso do segundo semestre de 2008.

O Grupo acordou como política capitalizar nos activos fixos tangíveis e intangíveis durante a fase de construção os juros suportados com a obtenção de empréstimos. A percentagem de capitalização dos juros suportados é proporcional ao montante do investimento efectuado, de acordo com o preconizado no normativo contabilístico relativo aos custos dos empréstimos obtidos.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo cessou a operação de securitização com a Galp Investment Fund.

## 9. RESULTADOS RELATIVOS A PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS E CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

### Investimentos em empresas associadas

Os resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas nos períodos findos em 30 de Setembro de 2009 e 2008 detalham-se da seguinte forma:

	Setembro 2009	Setembro 2008
<b>Empresas Associadas</b>		
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	27.185	22.266
Compañia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A.	6.810	5.026
Gasoduto Extremadura, S.A.	2.880	2.890
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	2.663	1.931
Sonangal - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda	2.422	532
Galp Energia Portugal Holdings B.V.	2.249	n.a
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	2.190	2.430
MDA-Mobil Disa Aviacioms S.A.	931	n.a
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L	871	1.161
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	838	53
Metragaz, S.A.	176	260
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	(153)	(102)
Outras (Perdas) / Ganhos líquidos	(216)	(3.389)
	<u>48.846</u>	<u>33.058</u>

### Investimentos em empresas conjuntamente controladas

Os resultados relativos a participações financeiras em empresas conjuntamente controladas no período findo em 30 de Setembro de 2009 detalha-se da seguinte forma:

#### **Empresas Conjuntamente Controladas**

C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	7.380
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	54
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	1
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	(27)
Ventinveste, S.A.	(135)
	<u>7.273</u>

As empresas conjuntamente controladas foram contabilizadas ao método de equivalência patrimonial a 30 de Setembro de 2009, resultante da adopção de nova política contabilística expressa na Nota 2.1.ii). A informação contabilística individual a 30 de Setembro de 2009 é evidenciada no quadro seguinte:

Empresas conjuntamente controladas	Informação contabilística (a)					
	Percentagem de capital detido	Activos	Passivos	Proveitos	Custos	Resultado exercício
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	65%	113.199	(47.181)	19.926	(12.546)	7.380
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	50%	71	(12)	375	(402)	(27)
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	60%	12.837	(11.830)	3.255	(3.201)	54
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	50%	121	-	352	(351)	1
Ventinveste, S.A. (b)	34%	11.283	(1.320)	99	(234)	(135)
		<u>137.511</u>	<u>(60.343)</u>	<u>24.007</u>	<u>(16.734)</u>	<u>7.273</u>

(a) Informação contabilística das demonstrações financeiras individuais.

(b) Os montantes representam o método de equivalência patrimonial do Grupo Ventinveste conjuntamente controlado.

Comparativamente a informação contabilística individual a 31 de Dezembro de 2008 e 30 de Setembro de 2008, correspondente às parcelas apropriadas, é evidenciada no quadro seguinte:

Empresas conjuntamente controladas	Percentagem de capital detido	Informação contabilística (a)				
		Dezembro de 2008		Setembro de 2008		Resultado exercício
		Activos	Passivos	Proveitos	Custos	
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	65%	121.120	(68.611)	21.702	(13.359)	8.343
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	50%	150	(121)	475	(497)	(22)
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	60%	14.721	(14.721)	3.246	(3.210)	36
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	50%	113	(107)	296	(293)	3
Ventinveste, S.A. (b)	34%	6.013	(5.772)	44	(219)	(175)
		<u>142.117</u>	<u>(89.332)</u>	<u>25.763</u>	<u>(17.578)</u>	<u>8.185</u>

(a) Informação contabilística das demonstrações financeiras individuais.

(b) Os montantes representam o método de equivalência patrimonial do Grupo Ventinveste conjuntamente controlado.

## 10. RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção em 30 de Setembro de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	Setembro 2009	Setembro 2008
<b>Resultados</b>		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (resultado líquido consolidado do período)	259.808	568.128 (a)
<b>Número de acções</b>		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (Nota 18)	829.250.635	829.250.635
<b>Resultado por acção básico (valores em Euros):</b>	<b>0,31</b>	<b>0,69</b>

(a) O resultado líquido do período findo em 30 de Setembro de 2008 e o resultado por acção básico foram reexpressos tendo em conta as alterações de política contabilística referida na Nota 2.1.

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por acção diluído é igual ao resultado líquido por acção básico.

## 11. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

	Setembro 2009			Dezembro 2008		
	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas e Imparidades	Activo Líquido	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas e Imparidades	Activo Líquido
Activos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	266.706	(3.198)	263.508	270.807	(3.087)	267.720
Edifícios e outras construções	836.857	(504.291)	332.566	856.579	(501.737)	354.842
Equipamento básico	4.094.581	(3.006.019)	1.088.562	4.167.658	(3.007.586)	1.160.072
Equipamento de transporte	24.573	(20.704)	3.869	24.525	(21.025)	3.500
Ferramentas e utensílios	5.452	(4.227)	1.225	4.959	(3.878)	1.081
Equipamento administrativo	154.577	(126.920)	27.657	154.559	(126.437)	28.122
Taras e vasilhame	154.529	(138.582)	15.947	157.316	(138.730)	18.586
Outras imobilizações corpóreas	158.244	(99.152)	59.092	156.740	(91.787)	64.953
Imobilizações em curso	1.132.697	-	1.132.697	853.086	-	853.086
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	2.698	-	2.698	8.180	-	8.180
	<u>6.830.914</u>	<u>(3.903.093)</u>	<u>2.927.821</u>	<u>6.654.409</u>	<u>(3.894.267)</u>	<u>2.760.142</u>
Activos Intangíveis						
	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas e Imparidades	Activo Líquido	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas e Imparidades	Activo Líquido
Despesas de instalação	4.500	(4.130)	370	4.495	(3.979)	516
Despesas de investigação e de desenvolvimento	2.584	(2.047)	537	6.717	(5.912)	805
Propriedade industrial e outros direitos	366.311	(175.883)	190.428	319.620	(147.971)	171.649
Reconversão de consumos para gás natural	278.925	(71.574)	207.351	268.847	(66.933)	201.914
Trespases	40.970	(11.224)	29.746	29.224	(11.125)	18.099
Imobilizações em curso	11.997	-	11.997	15.042	-	15.042
Adiantamentos por conta de imob. incorpóreas	58	-	58	1.378	-	1.378
	<u>705.345</u>	<u>(264.858)</u>	<u>440.487</u>	<u>645.323</u>	<u>(235.920)</u>	<u>409.403</u>

Os activos fixos tangíveis e intangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida pelo Grupo e que se encontra descrita no Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de activos tangíveis e intangíveis (essencialmente reconversões para gás natural) são registados no activo, como dedução aos respectivos bens, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como dedução às amortizações do exercício, proporcionalmente às amortizações respectivas dos activos subsidiados.

### Principais incidências durante o período findo em 30 de Setembro de 2009:

Relativamente ao sub-grupo GDP (aprovisionamento, transporte, distribuição e comercialização de gás natural) as principais variações do exercício findo em 30 de Setembro de 2009 ao nível do activo bruto nas rubricas de activos fixos tangíveis e intangíveis foram como segue:

- Aumentos de mEuros 47.947, referentes a redes, ramais, contadores e outras infra-estruturas e as reconversões de consumo para gás natural, apresentaram os valores mais significativos: de mEuros 17.472, referente à Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.; de mEuros 16.278, referente à Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.; de mEuros 5.665, referente à Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A.; e mEuros 3.636, referente à Duriensegás – Soc. Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.;



- Redução de mEuros 2.661 na empresa LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., dos quais mEuros 2.416 respeitam a contadores de gás e a elementos de rede de baixa e média pressão. Estes activos tinham um valor líquido contabilístico de mEuros 104.

Relativamente ao sub-grupo Petrogal (exploração, produção, refinação e distribuição de produtos petrolíferos) as principais variações do semestre nas rubricas de activos fixos tangíveis e intangíveis foram como segue:

- Aumento de custos de exploração e desenvolvimento da actividade de exploração de petróleo bruto em Angola no Bloco 32, Bloco 33, Bloco 14 e Bloco 14 k nos montantes de mEuros 1.547, mEuros 283, mEuros 36.898 e mEuros 1.206, respectivamente. O montante de mEuros 2.028 na pesquisa em blocos de gás e mEuros 296 em Moçambique Bloco Rovuma;
- Aumento de custos em pesquisa em blocos operados e não operados pelo Grupo no Brasil no montante de mEuros 81.382 e de mEuros 1.968 na costa portuguesa;
- mEuros 33.669 relativos essencialmente à modernização de equipamentos de postos de abastecimento, lojas de conveniência, expansão de actividade e desenvolvimento do sistema de informação;
- mEuros 179.789 relativos a investimentos nas refinarias de Sines e Porto: mEuros 139.784 relativos aos projectos de conversão e mEuros 40.005 a outros projectos industriais, dos quais mEuros 21.227 e mEuros 18.778 referentes à refinaria do Porto e à de Sines respectivamente;
- mEuros 5.609 relativos à modernização da linha de enchimento de garrafas de gás, nomeadamente para adaptação de redes e aquisição de novas garrafas;
- No seguimento da renovação da frota de navios existentes, procedeu-se à alienação dos navios Galp Leixões e Galp Lisboa nos montantes de mEuros 1.345 e mEuros 505, respectivamente, os quais estavam registados por mEuros 25.808 e mEuros 1.676 tendo sido geradas mais valias de mEuros 1.345 e mEuros 463;
- No decurso do período findo a 30 de Setembro de 2009 foram efectuados abates no montante de mEuros 16.253, referentes a blocos abandonados dos quais o Grupo já tinha registado uma imparidade no montante de mEuros 8.419, em 31 de Dezembro de 2008;
- Foram ainda abatidos e alienados bens de natureza tangível e intangível nos montantes de mEuros 9.137 e mEuros 743 respectivamente, os quais se encontravam na sua maioria totalmente amortizados, como consequência da actualização do cadastro de activos fixos.

A repartição dos activos fixos tangíveis e intangíveis em curso, em 30 de Setembro de 2009, é como segue:

	Activo bruto	Subsídios ao investimento	Activo deduzido de subsídios
Pesquisa e exploração de petróleo em Angola e Congo	278.483	-	278.483
Projectos de conversão das refinarias de Sines e do Porto	234.215	-	234.215
Investimentos industriais afectos às Refinarias	136.310	-	136.310
Pesquisa e exploração de petróleo no Brasil	196.029	-	196.029
Centrais de cogeração nas refinarias de Sines e do Porto	85.400	-	85.400
Renovação e expansão da rede	38.128	(722)	37.406
Outras pesquisas na costa portuguesa, Moçambique e Timor	91.176	-	91.176
Central de ciclo combinado - Sines	11.264	-	11.264
Armazenagem subterrânea de gás natural	8.469	(1.938)	6.531
Pesquisa de gás em Angola	7.194	-	7.194
Construção de navio	5.792	-	5.792
Substituição dos braços de carga do terminal e tubagens do Porto Leixões	7.706	-	7.706
Outros projectos	47.390	(202)	47.188
	<u>1.147.556</u>	<u>(2.862)</u>	<u>1.144.694</u>

A variação ocorrida nas amortizações acumuladas e imparidades entre 30 de Setembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, no montante de mEuros 37.764, é explicada: (i) pela redução de mEuros 107.400 relativos a regularização por saída do perímetro de empresas conforme referido na Nota 2.1.ii), (ii) mEuros 39.280 de redução relativo a abates e outras regularizações de bens (iii) mEuros 184.444 de aumento registado por contrapartida de amortizações e imparidades (Nota 6).

## 12. SUBSÍDIOS

Em 30 de Setembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, os valores recebidos e por receber de subsídios eram os seguintes:

Programa	Valor recebido		Por receber	
	2009	2008	2009	2008
Programa Energia	114.919	114.242	-	465
Interreg II	77	19.176	-	-
Protede	19.708	19.708	-	-
Programa Operacional Economia	222.493	213.678	1	2.293
Dessulfuração de Sines	39.513	39.513	-	-
Dessulfuração do Porto	35.307	35.307	-	-
Outros	11.608	11.608	-	-
<b>Total</b>	<u>443.625</u>	<u>453.232</u>	<u>1</u>	<u>2.758</u>

Até 30 de Setembro de 2009 foram recebidos subsídios ao investimento no montante de mEuros 16.127.

### 13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de outras contas a receber não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 30 de Setembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008:

Rubricas	Setembro 2009		Dezembro 2008	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Estado e outros entes públicos:				
IVA - Reembolsos solicitados	5.482	-	19.413	-
IRC - Pagamentos especiais por conta	21	-	21	-
Outros	1.861	-	1.512	-
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	68.229	-	20.317	-
Adiantamentos a fornecedores	28.399	-	8.082	-
Outras contas a receber - emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, relacionadas e participadas	16.680	12.598	19.433	764
Imposto sobre produtos petrolíferos ("ISP")	13.480	-	25.595	-
Contas a receber do consórcio do bloco 14 em Angola (excesso de "profit-oil" a receber)	8.608	-	9.058	-
Meios de pagamento	4.197	-	1.767	-
Fundo de pensões recuperação de desembolsos	2.178	-	2.117	-
Pessoal	1.765	-	2.069	-
Adiantamento ao operador Petrobrás	1.171	-	5.186	-
Empréstimos a clientes	536	2.312	547	2.239
Contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações	287	-	6.951	-
Subsídios a receber	1	-	2.758	-
Reembolso de IVA de clientes	-	-	20.617	-
Empréstimos a emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, participadas e relacionadas	-	47.606	10.543	43.260
Processo Spanish Bitumen	-	-	2.568	-
Depósitos bancários cativos a empréstimo do BEI	-	-	-	96
Outras contas a receber	96.383	4.892	85.938	5.238
	249.278	67.408	244.492	51.597
Acréscimos de proveitos:				
Vendas e prestações de serviços realizadas e não facturadas	112.864	-	121.142	-
Acerto desvio tarifário	60.253	-	32.325	-
Proveitos permitidos - regulação ERSE	18.993	-	6.886	-
Indemnizações a receber	11.064	-	-	-
Encargos de estrutura e gestão a debitar	8.063	-	-	-
Venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento	2.719	-	2.188	-
Juros a receber	1.744	-	3.237	-
Rappel a receber sobre compras	1.422	-	1.708	-
Compensações pela uniformidade tarifária	325	-	-	-
Swap Petróleo bruto Bloco 14	-	-	12.028	-
Outros acréscimos de proveitos	15.928	-	21.054	-
	233.375	-	200.568	-
Custos diferidos:				
Despesas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço	44.106	-	43.349	-
Juros e outros encargos financeiros	9.671	-	727	37
Seguros pagos antecipadamente	8.020	-	349	-
Custos com catalizadores	4.902	-	6.527	-
Encargos com rendas pagas antecipadamente	2.130	-	2.099	-
Benefícios de reforma	-	25.566	-	31.959
Outros custos diferidos	12.049	1	12.986	148
	80.878	25.567	66.037	32.144
	563.531	92.975	511.097	83.741
Imparidade de outras contas a receber	(5.954)	-	(10.622)	-
	557.577	92.975	500.475	83.741

Seguidamente apresenta-se o movimento ocorrido durante o período findo em 30 de Setembro de 2009 na rubrica de imparidades de outras contas a receber:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Saldo Final
Outras contas a receber	10.622	400	(5.420)	-	352	5.954

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de outras contas a receber no montante líquido negativo de mEuros 5.020 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

O aumento significativo na rubrica de adiantamento a fornecedores de imobilizado corresponde essencialmente aos adiantamentos pagos ao operador Petrobrás - Petróleo Brasileiro S.A., para fazer face ao investimento em pesquisa nos Blocos localizados no Brasil.

O montante de mEuros 13.480 na rubrica de outras contas a receber - ISP refere-se ao montante a receber da Alfândega relativo à isenção de ISP para os biocombustíveis que se encontram em regime de suspensão de imposto conforme circular n.º 79/2005 de 6 de Dezembro.

O montante de mEuros 287 no activo corrente corresponde aos contratos de Cessão de Direitos de Utilização de Infra-estruturas de Telecomunicações celebrados, dos quais o mais significativo é o contrato de cedência efectuado entre a Gás Natural, S.A. e a Onitelecom em 1 de Julho de 1999 por um período de 20 anos, que se encontra a ser recebido em prestações iguais anuais e sucessivas no valor unitário de mEuros 5.860 tendo finalizado em 31 de Julho de 2009, sendo cada uma das prestações acrescida de juros à taxa de mercado. Os proveitos decorrentes deste contrato de cessão de direitos de utilização, encontram-se diferidos na rubrica de outras contas a pagar no passivo e são reconhecidos em resultados pelo método das quotas constantes durante o período dos contratos, que terminam em 1 de Junho de 2019.

A rubrica de meios de pagamento no montante de mEuros 4.197 diz respeito a valores a receber por vendas efectuadas através de cartões visa/multibanco, que à data de 30 de Setembro de 2009 se encontravam pendentes de recebimento.

O montante de mEuros 29.278 registado na rubrica “outras contas a receber - empresas associadas e conjuntamente controladas, relacionadas e participadas” refere-se a contas a receber de empresas que não foram consolidadas pelo método de integração global.

A rubrica de outras contas a receber – fundo de pensões recuperação de desembolsos no montante de mEuros 2.178 diz respeito aos valores a receber do BPI Pensões pelos montantes de pensões processados em Setembro e ainda não reembolsados.

Os empréstimos não correntes a empresas associadas respeitam essencialmente a empréstimos de financiamento concedidos pelas subsidiárias:

- Galp Gás Natural, S.A., aos Gasodutos Al-Andaluz e Extremadura nos montantes de mEuros 12.450 e mEuros 7.625, respectivamente. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no período findo em 30 de Setembro de 2009, os quais ascenderam a mEuros 450, sendo mEuros 171 relativos ao Gasoduto Extremadura e mEuros 279 relativos ao Gasoduto Al-Andaluz foram capitalizados nesta rubrica.
- GDP Gás de Portugal, SGPS, S.A., à Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e à Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A. nos montantes de mEuros 8.303 e mEuros 3.058 respectivamente. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no período findo em 30 de Setembro de 2009, ascenderam a

mEuros 471 dos quais mEuros 304 relativos a Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e mEuros 167 relativos à Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A., e foram capitalizados nesta rubrica.

- Galp Power, SGPS, S.A. à Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A. e à Ventinveste, S.A. nos montantes de mEuros 8.313 e mEuros 4.938 respectivamente. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no período findo em 30 de Setembro de 2009 ascenderam a mEuros 437, sendo mEuros 310 relativos à Energin e mEuros 127 relativos à Ventinveste.
- Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., à Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., no montante de mEuros 2.775. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no período findo em 30 de Setembro de 2009, ascenderam a mEuros 102.

Estes empréstimos vencem juros à taxa normal de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

A rubrica de acréscimos de proveitos - vendas ainda não facturadas refere-se essencialmente à facturação de consumo de gás natural a emitir a clientes no mês seguinte e corresponde essencialmente à facturação a emitir pela Galp Gás Natural, S.A., e Transgás, S.A., nos montantes de, mEuros 88.488 e mEuros 6.582, respectivamente.

A rubrica de acerto de desvio tarifário diz respeito à diferença entre o custo de aquisição do gás natural aos fornecedores do Grupo e as tarifas reguladas definidas pela ERSE para o ano gás 2008-2009, aplicadas na facturação aos clientes, o qual será recuperado através da revisão de tarifas futuras.

A rubrica de acréscimos de proveitos - venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento, no montante de mEuros 2.719 diz respeito a consumos efectuados até 30 de Setembro de 2009 através do cartão Galp Frota e que irão ser facturados nos meses seguintes.

A variação que ocorreu na rubrica de acréscimos de proveitos - juros a receber face a Dezembro de 2008 deve-se ao fim do contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas com a E3G-Telecomunicações, S.A..

As despesas registadas em custos diferidos relativas a contratos de arrendamento de áreas de serviço são reconhecidas como custo durante o respectivo período de concessão, o qual varia entre 20 e 25 anos.

## 14. CLIENTES

A rubrica de clientes, em 30 de Setembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, apresentava o seguinte detalhe:

RUBRICAS	Setembro 2009	Dezembro 2008
Clientes conta corrente	882.695	955.952
Clientes de cobrança duvidosa	102.148	100.984
Clientes - títulos a receber	11.555	14.813
	996.398	1.071.749
Imparidades de contas a receber	(99.890)	(84.045)
	896.508	987.704

O movimento das imparidades e ajustamentos de clientes no período findo em 30 de Setembro de 2009 foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Saldo final
Imparidade de contas a receber	84.045	25.901	(8.971)	(3.062)	1.977	99.890

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de contas a receber de clientes, que originou um custo líquido no montante de mEuros 16.930 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

## 15. INVENTÁRIOS

A rubrica de inventários apresentava o seguinte detalhe, em 30 de Setembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008:

<b>RUBRICAS</b>	<b>Setembro 2009</b>	<b>Dezembro 2008</b>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Petróleo bruto	163.220	211.866
Outras matérias-primas e materiais diversos	53.778	37.732
Matérias-primas em trânsito	83.751	64.960
	<u>300.749</u>	<u>314.558</u>
Ajustamentos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(6.830)	(114.370)
	<u>293.919</u>	<u>200.188</u>
Produtos acabados e intermédios:		
Produtos acabados	287.352	421.473
Produtos intermédios	249.930	277.135
Produtos acabados em trânsito	-	758
	<u>537.282</u>	<u>699.366</u>
Ajustamento de produtos acabados e intermédios	(182)	(210.737)
	<u>537.100</u>	<u>488.629</u>
Produtos e trabalhos em curso	152	223
Mercadorias	401.272	522.545
Mercadorias em trânsito	-	383
	<u>401.272</u>	<u>522.928</u>
Ajustamentos de mercadorias	(9.132)	(135.520)
	<u>392.140</u>	<u>387.408</u>
Adiantamento por conta de compras	46	46
	<u>1.223.357</u>	<u>1.076.494</u>

Em 30 de Setembro de 2009, a rubrica de mercadorias, no montante de mEuros 401.272, corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra no gasoduto no montante de mEuros 56.340, a existências de produtos derivados de petróleo bruto da subsidiária Galp Energia España, S.A., Galp Distribución Oil España, Galp Distribuição Portugal, S.A., e o Grupo Galp Comercialización Oil España, S.L. nos montantes de mEuros 296.004, mEuros 10.204, mEuros 6.143 e mEuros 14.638 respectivamente.

Em 30 de Setembro de 2009, as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas, que só poderão ser satisfeitas através da entrega de produtos, ascendiam a mEuros 196.434 e encontram-se registadas na rubrica adiantamentos por conta de vendas (Nota 20).

Em Novembro de 2004, a Petrogal em conjunto com a Petrogal Trading Limited celebraram um contrato de compra, venda e permuta de crude por produtos acabados para constituição de reservas estratégicas, com a Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, EPE (EGREP) ao abrigo do previsto no Decreto - Lei n.º 339-D/2001,

de Dezembro. No âmbito deste contrato celebrado em 2004, o crude adquirido pela EGREP, o qual não se encontra registado nas demonstrações financeiras do Grupo, encontra-se armazenado nas instalações da Petrogal, de uma forma não segregada e deverá permanecer armazenado de modo a que a EGREP o possa auditar, sempre que entender, em termos da sua quantidade e qualidade. De acordo com o referido contrato, a Petrogal obriga-se a permutar o crude vendido por produtos acabados quando a EGREP o exigir, recebendo por tal permuta um valor representativo da margem de refinação à data da permuta.

As reversões dos ajustamentos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, de produtos acabados e de mercadorias foram reconhecidas por contrapartida do custo das vendas.

## 16. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de Setembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 a rubrica outros investimentos financeiros não correntes apresentava o seguinte detalhe:

<b>Rubricas</b>	<b>Setembro 2009</b>	<b>Dezembro 2008</b>
Outros Títulos e Investimentos	2.227	4.789
	<u>2.227</u>	<u>4.789</u>

Em 30 de Setembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 a rubrica outros investimentos financeiros correntes apresentava o seguinte detalhe:

<b>Rubricas</b>	<b>Setembro 2009</b>	<b>Dezembro 2008</b>
Derivados sobre Commodities (Nota 22)	817	114
Instrumentos financeiros	817	114
Ações em empresas Participadas	7	7
Depósitos a prazo	464	1.884
Depósitos à ordem	-	898
Outros investimentos correntes (Nota 17)	471	2.789
	<u>1.288</u>	<u>2.903</u>



## 17. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de Setembro de 2009, 31 de Dezembro de 2008 e 30 de Setembro de 2008 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	Setembro 2009	Dezembro 2008	Setembro 2008
Numerário	17.812	14.971	10.959
Depósitos a Ordem	95.862	93.037	70.272
Depósitos a prazo	1.735	9.441	6.080
Outros títulos negociáveis	1.689	2.414	11.881
Outras aplicações de tesouraria	67.181	7.305	15.378
<b>Caixa e seus equivalentes no balanço</b>	<b>184.279</b>	<b>127.168</b>	<b>114.570</b>
Outros investimentos correntes (Nota 16)	471	2.789	122
Descobertos bancários (Nota 19)	(364.952)	(368.792)	(203.020)
<b>Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa</b>	<b>(180.202)</b>	<b>(238.835)</b>	<b>(88.328)</b>

A rubrica de Outras aplicações de tesouraria, em 30 de Setembro de 2009, inclui diversas aplicações de excedentes de tesouraria das seguintes Empresas do grupo:

	Setembro 2009
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	42.956
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	9.030
Galp Gás Natural, S.A.	8.485
Galp Exploração Serviços Brasil, Lda.	2.351
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	1.500
Galp Energia España, S.A.	1.427
Petrogal Brasil, Lda.	1.002
Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	330
Outros	100
	<b>67.181</b>

## 18. CAPITAL SOCIAL

### Estrutura do Capital

A estrutura do capital social não sofreu alterações durante o período findo a 30 de Setembro de 2009. O capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 829.250.635 acções (Nota 10) de valor nominal de 1 Euro, e está subdividido nas seguintes categorias de acções:

<u>Tipo de Acções</u>	<u>Setembro 2009</u>	<u>Dezembro 2008</u>
Acções Tipo A	40.000.000	40.000.000
Acções Tipo B	789.250.635	789.250.635
<b>Número total de acções</b>	<b>829.250.635</b>	<b>829.250.635</b>

Às acções de categoria A estão associados alguns direitos especiais consagradas no art. 4º dos Estatutos da Galp Energia, SGPS, S.A., nomeadamente:

- i) A eleição do Presidente do Conselho de Administração só poderá ser aprovada com a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A;
- ii) Quaisquer deliberações que visem autorizar a celebração de contratos de grupo paritário ou de subordinação e ainda, quaisquer deliberações que, de algum modo, possam pôr em causa a segurança do abastecimento do país de petróleo, de gás e de electricidade, ou produtos derivados dos mesmos, não poderão ser aprovadas, nem em primeira, nem em segunda convocação, contra a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A.

### Estrutura Accionista

O capital da Empresa em 30 de Setembro de 2009, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

	<u>N.º Acções</u>	<u>% Capital</u>
Amorim Energia, B.V.	276.472.161	33,34%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.510	1,00%
ENI S.P.A	276.472.161	33,34%
S.A.	58.079.514	7,00%
Restantes accionistas	209.934.289	25,32%
	<b>829.250.635</b>	<b>100,00%</b>

## 19. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Setembro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2008, os empréstimos obtidos detalham-se, como se segue:

	Setembro 2009		Dezembro 2008	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários:				
Empréstimos internos	8.048	779.693	284.602	1.089.140
Empréstimos externos	26.024	494.980	30.187	215.549
Descobertos bancários (Nota 17)	364.952	-	368.792	-
Desconto de letras	7.904	-	1.084	-
	<u>406.928</u>	<u>1.274.673</u>	<u>684.665</u>	<u>1.304.689</u>
Outros empréstimos obtidos:				
IAPMEI	239	16	284	255
	<u>407.167</u>	<u>1.274.689</u>	<u>684.949</u>	<u>1.304.944</u>
Project Finance Fees	-	(535)	-	(866)
	<u>407.167</u>	<u>1.274.154</u>	<u>684.949</u>	<u>1.304.078</u>
Empréstimos por obrigações:				
Emissão de 1998 - Lisboagás, S.A.	1.369	-	1.711	-
Emissão de 2009 - Galp Energia, SGPS, S.A.	-	700.000	-	-
	<u>1.369</u>	<u>700.000</u>	<u>1.711</u>	<u>-</u>
	<u>408.536</u>	<u>1.974.154</u>	<u>686.660</u>	<u>1.304.078</u>

Os empréstimos não correntes, excluindo project finance fees, em 30 de Setembro de 2009 apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

2010	73.225
2011	410.117
2012	556.456
2013	450.891
2014	36.361
2015 e seguintes	<u>447.639</u>
	<u>1.974.689</u>

Em 30 de Setembro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2008 a totalidade dos empréstimos internos e externos obtidos encontram-se expressos nas seguintes moedas como segue:

		Setembro 2009		Dezembro 2008	
Divisa		Montante Global	Montante em Dívida (mEuros)	Montante Global	Montante em Dívida (mEuros)
Dalasi	GMD	14.838	381	-	-
Dólares dos Estados Unidos da	USD	3.176	2.809	3.176	1.279
Euros	EUR	1.434.991	1.305.422	1.678.026	1.566.524
Franco de Cabo Verde	CFA	229.585	116	229.585	184
Lilangeni Suazi	SZL	179	17	-	-
Meticaís	MZM	-	-	57.893	1.609
			<u>1.308.745</u>		<u>1.569.596</u>

As taxas de juro médias dos empréstimos e descobertos bancários suportadas pela empresa incluindo comissões e outros encargos em 30 de Setembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 foram 3,53% e 5,10% respectivamente.

### Caracterização dos principais empréstimos

#### Empréstimos bancários

Em 30 de Setembro de 2009, o Grupo tem contratado programas de papel comercial com tomada firme no montante total de mEuros 1.100.000, que se dividem em mEuros 650.000 de médio e longo prazo e mEuros 450.000 de curto prazo. Destes montantes estão utilizados mEuros 250.000 no médio e longo prazo, dado ser intenção do Grupo manter este financiamento até 2012, e de apenas depender de si a respectiva renovação.

Estes empréstimos são remunerados à taxa Euribor para o prazo de emissão respectivo em vigor no segundo dia útil anterior à data de subscrição, adicionada de “spreads” variáveis definidos nas condições contratuais dos programas de papel comercial subscritos pelo Grupo. A taxa de juro referida incide sobre o montante de cada emissão e mantém inalterada durante o respectivo prazo de emissão.

Adicionalmente, o Grupo tem registado em empréstimos internos a médio e longo prazo o montante de mEuros 529.693, relativo essencialmente a “project finance” realizados nomeadamente pelas empresas Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., Sucursal en España, CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A..

O Grupo contraiu um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria de Sines, no montante de mEuros 58.000. O empréstimo é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um “spread” variável.

Durante o exercício de 2008, o Grupo contraiu um novo empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria do Porto, no montante de mEuros 50.000. O empréstimo é remunerado ao regime de taxa fixa revista periodicamente.

Durante o primeiro semestre de 2009, o Grupo contraiu a primeira tranche de um empréstimo de médio e longo prazo com o Banco Europeu de Investimento, o qual se destina ao projecto de conversão das refinarias de Sines e do Porto, no montante de mEuros 300.000. O montante total do empréstimo é de mEuros 500.000 com o prazo de vencimento de dezasseis anos, incluindo três de carência de capital e treze de reembolso.

Os restantes financiamentos com o Banco Europeu de Investimento, no montante de mEuros 109.681, são garantidos por Sindicatos Bancários.

A Petrogal emitiu cartas de conforto perante terceiros a favor de empresas do grupo e associadas, relativas a linhas de crédito de curto prazo no montante total de mEuros 530.548.

### Empréstimos obrigacionistas

#### Emissão de 1998 – Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.

Em 12 de Agosto de 1998 a Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. procedeu à emissão de Obrigações no montante de mEuros 49.880, ao par, destinadas a subscrição privada, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

Deixando o Estado Português de deter, directa ou indirectamente, a maioria do capital social da GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. ou deixando a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. de deter uma posição maioritária directa no capital da Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., os obrigacionistas poderão exigir o reembolso antecipado do presente empréstimo.

Como o Estado deixou de ser accionista maioritário da Galp Energia, SGPS, S.A., a empresa procedeu à publicação do respectivo anúncio em 22 de Setembro de 2006 e recebeu pedidos para o reembolso antecipado destas obrigações, no montante de mEuros 34.107, pelo que actualmente o montante total da emissão Obrigacionista é de mEuros 15.772.

Em 12 de Agosto de 2008, pelo exercício da Put Option, a Empresa recebeu pedidos, para reembolso antecipado, no montante de mEuros 14.403, pelo que actualmente o montante total da emissão Obrigacionista é de mEuros 1.369.

O reembolso do empréstimo será efectuado ao par, em cinco prestações anuais de igual montante, à data de vencimentos do 22º, 24º, 26º, 28º e 30º cupões.

Poderá, no entanto, ser efectuado o reembolso antecipado, ao par, de parte ou da totalidade do capital em dívida, por opção do emitente (Call Option), a partir da data de vencimento do 10º cupão, inclusive, e nas respectivas datas de pagamento de juros.

Os obrigacionistas poderão também exigir o reembolso antecipado do empréstimo ou do valor remanescente do capital em dívida, ao par, nas datas de vencimentos do 20º, 22º, 24º, 26º e 28º cupões.

O pagamento de juros será feito semestralmente e postecipadamente, com base numa taxa correspondente à taxa “Euribor a 6 meses”, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao início de cada período de contagem, acrescida de 0,08%.

#### Emissão de 2009 – Galp Energia, SGPS, S.A.

Em 13 de Maio de 2009 a Galp Energia, SGPS, S.A., procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de mEuros 700.000, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um spread variável, e com o reembolso previsto de 40% em 20 de Maio de 2012 e 60% em 20 de Maio de 2013.

A emissão foi organizada pelo Banco Santander Totta, S.A. e pela Caixa – Banco de Investimento, S.A..

A emissão foi participada por um conjunto de catorze bancos, nacionais e internacionais: Banco Santander Totta, S.A., o Caixa – Banco de Investimento, S.A., o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., o Banco BPI, S.A., o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., o BNP Paribas e a Caixa d’Estalvis y Pensiones de Barcelona (la Caixa) na qualidade de Joint Lead Managers. Como Co-lead Managers: a Caixa Económica Montepio Geral, o Banco Millennium BCP Investimento, S.A., o BB Securities Ltd. (Banco do Brasil), o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd, o Banco Itaú Europa, S.A. – Sucursal Financeira Internacional, o Merrill Lynch International e a Société Générale.

## 20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de outras contas a pagar não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 30 de Setembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008:

Rubricas	Setembro 2009		Dezembro 2008	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Estado e outros entes públicos:				
ISP - Imposto sobre Produtos Petrolíferos	115.880	-	177.279	-
IVA a pagar	145.898	-	170.868	-
Outras tributações	8.199	-	8.381	9
Segurança social	5.393	-	5.426	-
IRS retenções efectuadas a terceiros	4.072	-	4.639	-
Fornecedores de imobilizado	220.274	16.475	221.917	247
Adiantamentos por conta de vendas (Nota 15)	196.434	-	190.611	-
Outras contas a pagar - Empresas associadas, participadas e relacionadas	49.755	-	364	-
Overlifting - parceiros do Bloco 14	24.440	-	26.739	-
Depósito de cauções e garantias recebidas	15.732	-	15.671	-
Pessoal	6.816	-	4.397	-
Saldo credores de clientes	1.268	-	3.630	-
Adiantamentos de clientes	910	-	850	-
Outras contas a pagar - Outros accionistas	245	-	173	-
Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas	-	2.902	-	2.902
Empréstimos - Outros accionistas	-	3.658	-	4.669
Outros credores	47.255	3.759	21.841	3.243
	<u>842.571</u>	<u>26.794</u>	<u>852.786</u>	<u>11.070</u>
Acréscimos de custos:				
Fornecimentos e serviços externos	74.073	-	30.705	-
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos	28.665	-	34.445	-
Juros a liquidar	21.213	-	4.619	-
Proveitos permitidos - regulação ERSE	12.950	-	7.467	-
Descontos, bónus e rappel relacionados com vendas	9.171	-	6.161	-
Brindes Fastgalp	4.598	-	4.618	-
Custos e perdas financeiros	1.148	-	917	-
Prémios de seguro a liquidar	1.054	-	1.300	-
Prémios de produtividade	290	-	18.070	-
Acréscimos de custos com pessoal - outros	55	-	86	-
Outros acréscimos de custos	8.694	-	6.988	-
	<u>161.911</u>	<u>-</u>	<u>115.376</u>	<u>-</u>
Proveitos diferidos:				
Prestação de serviços	20.617	-	6.441	-
Fibra óptica	4.263	39.013	4.263	42.508
Outros	2.317	3.353	3.155	2.578
	<u>27.197</u>	<u>42.366</u>	<u>13.859</u>	<u>45.086</u>
	<u>1.031.679</u>	<u>69.160</u>	<u>982.021</u>	<u>56.156</u>

A rubrica de Adiantamentos por conta de vendas inclui o montante mEuros 196.434 relativo a responsabilidades do grupo perante concorrentes por reservas estratégicas (Nota 15).

O montante de mEuros 24.440 registado na rubrica de outras contas a pagar - overlifting – parceiros dos blocos 1 e 14 corresponde à responsabilidade do Grupo pelo levantamento de barris de crude em excesso face à sua quota de produção e encontra-se valorizado ao preço de mercado.

O montante de mEuros 15.732, registado na rubrica de depósitos de cauções e garantias recebidas, inclui mEuros 14.615 referente à responsabilidade da Petrogal em 30 de Setembro de 2009, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás, estas foram registadas ao valor de aquisição o qual corresponde aproximadamente ao seu justo valor.

O montante de mEuros 3.658 registado na rubrica de empréstimos - outros accionistas encontra-se repartido da seguinte forma:

- mEuros 960, mEuros 960 e mEuros 480 registado a médio e longo prazo a pagar à E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., à Procomlog - Combustíveis e Logística, Lda e à AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S.A., dizem respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária CLCM - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;
- mEuros 1.006 registado a médio e longo prazo a pagar à EDP Cogeração, S.A. diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;
- O montante de mEuros 252 registado a médio e longo prazo a pagar à Companhia Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A. diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido.

O montante mEuros 49.755, registado na rubrica outras contas a pagar – Empresas associadas, participadas e relacionadas refere-se a dividendos antecipados por conta do resultado líquido de 2009 a pagar aos accionistas da Galp Energia.

O montante de mEuros 47.255 na rubrica de outros credores inclui o montante de mEuros 20.863 referente ao adiantamento da Gestmin, SGPS, S.A. pela compra da COMG - Comercialização de Gás, S.A., por forma a dar cumprimento aos compromissos assumidos pela Galp Energia perante a Comissão Europeia no âmbito de aquisição dos negócios Ibéricos do grupo Exxonmobil. A venda destes activos irá ocorrer até ao final do exercício de 2009.

A rubrica de acréscimos de custos – fornecimentos e serviços externos no montante de mEuros 74.073, inclui o montante de mEuros 45.851 referente a ISP a pagar à subsidiária C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A..

O montante de mEuros 4.598 registado na rubrica de acréscimos de custos - Brindes Fastgalp refere-se às responsabilidades da Petrogal face aos pontos emitidos e não rebatidos até 30 de Setembro de 2009, referentes ao Cartão Fast Galp, e que se prevê que venham a ser trocados por prémios no futuro.

Os proveitos decorrentes do contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações encontram-se diferidos na rubrica proveitos diferidos – fibra óptica são reconhecidos em resultados durante o período



do contrato. O saldo de proveitos diferidos em 30 de Setembro de 2009, por reconhecer em exercícios futuros ascende a mEuros 43.276.

## 21. PROVISÕES

Em 30 de Setembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 a rubrica de provisões apresentava o seguinte detalhe:

<u>Rubricas</u>	<u>Setembro 2009</u>	<u>Dezembro 2008</u>
Processos judiciais	12.991	11.590
Investimentos financeiros	677	1.285
Impostos	13.492	13.492
Meio Ambiente	4.996	8.839
Outros riscos e encargos	92.966	64.262
	<u>125.122</u>	<u>99.468</u>

### Processos judiciais

O montante de mEuros 12.991 registado em 30 de Setembro de 2009 na rubrica de processos judiciais em curso, inclui o montante de mEuros 5.604 relativo a responsabilidades pela liquidação de taxas de ocupação do subsolo do Grupo Petrogal relativamente ao diferendo que opõe esta Empresa com a Câmara Municipal de Matosinhos.

### Investimentos financeiros

A provisão para investimentos financeiros, representante do compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos, detalha-se conforme:

Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	399
Ventinveste, S.A.	262
P.I.M.-Parque Industrial da Matola, SARL	16
	<u>677</u>

### Impostos

A rubrica provisão para impostos no montante de mEuros 13.492 inclui essencialmente: (i) mEuros 7.394 para fazer face a uma contingência fiscal, relacionada com uma correcção à matéria colectável da Subsidiária Petrogal S.A. relativa aos exercícios de 2001 e 2002; (ii) mEuros 3.377 para fazer face ao risco fiscal associado à alienação da participação da ONI, SGPS, à Galp Energia, S.A. objecto de liquidação adicional pelas autoridades fiscais; (iii) mEuros 2.547 referente a Contribuição Autárquica, actual Imposto Municipal sobre Imóveis ("IMI"), dos exercícios de 2000 a 2007.

### Meio Ambiente

O montante mEuros 4.996 registado na rubrica de provisões para meio ambiente, são para fazer face aos custos associados com a descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pela empresa onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal.

### Outros riscos e encargos

Em 30 de Setembro de 2009, o saldo da rubrica provisões – outras provisões por riscos e encargos diversos no montante de mEuros 92.966 refere-se essencialmente a:

- i) mEuros 39.278 para fazer face ao diferendo existente entre a Galp Gás Natural, S.A. e a Nigeria Liquefied Natural Gas Limited (“NLNG”), tendo em consideração a expectativa face à decisão tomada pelo Tribunal Arbitral relativamente ao diferendo do NLNG Plus;
- ii) mEuros 20.048 para fazer face a custos de abandono das instalações de exploração situadas nos Blocos 1 e 14. Esta provisão destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Galp Exploração no final da vida útil de produção daquelas áreas petrolíferas;
- iii) mEuros 17.010 relativos à revisão de preços de contratos de venda de gás;
- iv) mEuros 6.856 para fazer face a liquidações adicionais para revisão de custos em sede de IRP e profit-oil em Angola;
- v) mEuros 1.202 constituição de provisão para fazer face ao pagamento de ISP dos Biocombustíveis;
- vi) mEuros 1.150 relativos a juros compensatórios relativos à não aceitação dos custos fiscais de 2002 pelo abate do terminal oceânico de Leixões.

## 22. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS

É política do Grupo utilizar derivados financeiros para cobrir riscos de taxas de juro e riscos de flutuação da margem de refinação, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos e dos “cash-flows” futuros esperados da sua actividade.

Adicionalmente, o Grupo encontra-se exposto a riscos de flutuação de mercado, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos, e dos “cash-flows” futuros esperados da sua actividade.

Abaixo é apresentado os movimentos ocorridos de Justo Valor no Capital Próprio:

<u>Variação de Justo Valor nos capitais Próprios</u>	<u>Setembro 2009</u>	<u>Setembro 2008</u>
Variação de Justo Valor em empresas subsidiárias	(7.592)	(455)
Variação de Justo Valor nos Interesses Minoritários	102	64
	<u>(7.490)</u>	<u>(391)</u>
Variação de Justo Valor recorrente da participação em empresas associadas	(712)	163

Os instrumentos financeiros sobre taxa de juro, para o período findo a 30 de Setembro de 2009 e 2008, apresentam as seguintes evoluções:

<u>Derivados sobre Taxa de Juro</u>	<u>Activo</u>		<u>Passivo</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
<b>Justo valor em 1 de Janeiro de 2008</b>	<b>1.216</b>	<b>591</b>	<b>(5)</b>	<b>-</b>
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Pagamento/(Recebimento) de Juros durante o período	(386)	(823)	(7)	-
Recebimento/(Pagamento) de Juros reflectido em resultados	386	823	7	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	(87)	(86)	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	(97)	(363)	5	-
<b>Justo valor em 30 de Setembro de 2008</b>	<b>1.032</b>	<b>142</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Justo valor em 1 de Janeiro de 2009</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.014)</b>	<b>(12)</b>
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Pagamento/(Recebimento) de Juros durante o período	-	-	1.251	12
Recebimento/(Pagamento) de Juros reflectido em resultados	-	-	(1.251)	(12)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	-	-	12
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	(7.328)	(264)
<b>Justo valor em 30 de Setembro de 2009</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10.342)</b>	<b>(264)</b>

Os juros suportados e obtidos com os derivados de taxa de juro estão classificados nas rubricas de proveitos e custos financeiros.

Os instrumentos financeiros com impacto na rubrica de Custo das Vendas a 30 de Setembro de 2009 e 2008 são os relacionados com derivados e futuros sobre “commodities” (Petróleo e Gás Natural). Os movimentos ocorridos na demonstração da posição financeira e demonstração do resultado destes instrumentos financeiros podem ser visualizados nos quadros abaixo:

Derivados sobre Commodities	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Justo valor em 1 de Janeiro de 2008</b>	-	99	-	-
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Alienações durante o período	-	233	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(232)	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	541	-	(1.056)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	-	-
<b>Justo valor em 30 de Setembro de 2008</b>	-	641	-	(1.056)
<b>Justo valor em 1 de Janeiro de 2009</b>	-	114	-	(1.491)
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Alienações durante o período	-	349	-	1.156
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(349)	-	(1.156)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	703	-	1.256
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	-	-
<b>Justo valor em 30 de Setembro de 2009 (Nota 16)</b>	-	817	-	(235)

O Grupo Galp Energia transacciona igualmente uma característica de Instrumentos financeiros denominados como Futuros sobre Commodities (Petróleo). Devido à sua elevada liquidez, pelo facto de serem transaccionados em Bolsa, os mesmos encontram-se classificados como parte integrante da rubrica de Caixa e seus equivalentes. Os ganhos e perdas com os Futuros sobre Commodities (Petróleo), são reflectidos na rubrica do Custo das Vendas. Como os futuros são transaccionados em Bolsa, sujeitos à Câmara de Compensação, os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração de Resultados, conforme quadro seguinte:

Futuros sobre Commodities	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Justo valor em 1 de Janeiro de 2008</b>	-	938	-	-
Aquisições durante o período	-	84.177	-	-
Alienações durante o período	-	(69.886)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(11.635)	-	-
<b>Justo valor em 30 de Setembro de 2008</b>	-	3.594	-	-
<b>Justo valor em 1 de Janeiro de 2009</b>	-	460	-	-
Aquisições durante o período	-	51.012	-	-
Alienações durante o período	-	(55.437)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	5.344	-	-
<b>Justo valor em 30 de Setembro de 2009</b>	-	1.379	-	-

O Grupo Galp Energia iniciou durante o ano de 2009 a transacção de uma característica de Instrumentos financeiros denominados como Futuros sobre CO2. Devido à sua elevada liquidez, pelo facto de serem transaccionados em Bolsa, os mesmos encontram-se classificados como parte integrante da rubrica de Caixa e seus equivalentes. Os ganhos e perdas com os Futuros sobre CO2, são reflectidos em Resultados financeiros, resultante de terem sido classificadas como instrumentos financeiros de “Justo valor através de resultados”. Como os futuros são transaccionados em Bolsa, sujeitos à Câmara de Compensação, os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração de Resultados, conforme quadro seguinte:

Futuros sobre CO2	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Justo valor em 1 de Janeiro de 2008</b>	-	-	-	-
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Alienações durante o período	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados financeiros	-	-	-	-
<b>Justo valor em 30 de Setembro de 2008</b>	-	-	-	-
<b>Justo valor em 1 de Janeiro de 2009</b>	-	-	-	-
Aquisições durante o período	-	3.413	-	-
Alienações durante o período	-	(3.390)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados financeiros	-	283	-	-
<b>Justo valor em 30 de Setembro de 2009</b>	-	306	-	-

Durante o período findo a 30 de Setembro de 2008 o Grupo Galp Energia adquiriu derivados financeiros em leilão, nomeadamente opções sobre energia eléctrica (denominados como VPP's). Devido à complexidade de avaliação deste tipo de derivados, pelo facto do subjacente não ser armazenável e do mercado MIBEL (Mercado Ibérico de Electricidade) ser ainda considerado um mercado recente, foi considerado que o "Mark to Market" desses derivados financeiros não é ainda mensurado com fiabilidade.

A compra de electricidade subjacente ao exercício das opções é registada na rubrica de Custo das Vendas e a sua venda registada na rubrica de Vendas. O impacto contabilístico a 30 de Setembro de 2008 na rubrica de Custo das Vendas ascende a mEuros 2.263 (incluindo custo das opções) e na rubrica de Vendas mEuros 2.434.

Derivados sobre energia eléctrica	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Justo valor em 1 de Janeiro de 2008</b>	-	-	-	-
Aquisições durante o período	-	128	-	-
Alienações durante o período	-	(299)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em Custo da Venda	-	(2.263)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em Vendas	-	2.434	-	-
<b>Justo valor em 30 de Setembro de 2008</b>	-	-	-	-
<b>Justo valor em 1 de Janeiro de 2009</b>	-	-	-	-
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Alienações durante o período	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em Custo da Venda	-	-	-	-
<b>Justo valor em 30 de Setembro de 2009</b>	-	-	-	-

Durante o período findo a 30 de Setembro de 2009 não há derivados sobre energia eléctrica transaccionados nem posições em aberto.

Os instrumentos financeiros, derivados sobre taxa de juro e derivados sobre "commodities", avaliados ao "Mark to Market" a 30 de Setembro de 2009 apresentam as seguintes características:

Tipo de Derivado de Taxa de Juro	Taxa de Juro	Valor Nominal	Maturidade	Justo valor de derivados em mEuros
<b>Passivo</b>	<b>Cobertura de Fluxo de Caixa</b>			
Collar	Paga entre 3,25% e 1,75% Recebe Euribor 6m	mEur 13.043	2010	(110)
Caps	Paga Cap de 3,25% Recebe entre Euribor 6m	mEUR 4.348	2010	(17)
Cap com "Knock out"	Paga Euribor 12m com Cap 3,49% com knock-out 5,25% Recebe Euribor 3m	mEUR 5.180	2010	(29)
Swaps de taxa de juro	Paga entre 3,16% e 6,24% Recebe entre Euribor 3m e 6m	mEUR 324.243	2010 a 2013	(10.450)
				<u>(10.606)</u>

Tipo de Derivado sobre Commodities	Características	Maturidade	Justo valor de derivados em mEuros
<b>Activo</b>			
Swaps	Brent	2009	813
Swaps	Gás Natural	2010	4
			<u>817</u>
<b>Passivo</b>			
Swaps	Gás Natural	2009	(235)
<b>Total de Activos</b>			<b>817</b>
Não correntes			-
Correntes			817
<b>Total de Passivos</b>			<b>(10.841)</b>
Não correntes			(10.342)
Correntes			(499)

O justo valor dos mesmos foi determinado por entidades bancárias tendo por base modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites.

## 23. DIVIDENDOS

Os dividendos por conta do resultado líquido do exercício de 2008 atribuídos aos accionistas do Grupo ascenderam a mEuros 265.360, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 27 de Abril de 2009, tendo sido distribuídos e liquidados dividendos antecipados no montante de mEuros 124.095 durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e liquidados no período findo em 30 de Setembro de 2009 o restante montante de mEuros 141.265.

Adicionalmente, por deliberação por voto electrónico datada de 25 de Setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de um adiantamento sobre lucros no montante de mEuros 49.755 a pagar até 30 dias após a sua aprovação.

No decurso do semestre findo em 30 de Setembro de 2009 foram liquidados mEuros 2.660 na esfera das subsidiárias do grupo Petrolgal e grupo Galp Power.

Como consequência anteriormente referido, no decurso do período findo em 30 de Setembro de 2009, o Grupo pagou dividendos no total de mEuros 143.925.

## 24. REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS

A remuneração dos Administradores da Galp Energia para os períodos findos a 30 de Setembro de 2009 e 2008 compõe-se como segue (Nota 6):

	<u>Setembro 2009</u>	<u>Setembro 2008</u>
Remunerações base	2.703	2.702
Gratificações e prémios	76	1.125
Plano de contribuição para fundo de pensões	455	412
Outros benefícios	242	145
	<u>3.476</u>	<u>4.384</u>

As remunerações pagas aos administradores da Galp Energia designados pelos accionistas ENI, S.P.A., Amorim Energia, B.V. e Iberdrola, S.A., estão incluídas na rubrica de fornecimentos e serviços externos. Em 30 de Setembro de 2009 e 30 de Setembro de 2008 ascendem a mEuros 1.843 e mEuros 1.064, respectivamente.

Ao abrigo da política actualmente adoptada, a remuneração dos administradores da Galp Energia inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo.



## 25. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Na actividade de Refinação, apresentam-se como principais desafios, o cumprimento dos objectivos de redução de emissão de gases com efeitos de estufa para o período compreendido entre 2008 e 2012, definido pelo Protocolo de Quioto, a redução do teor de enxofre dos combustíveis utilizados nas instalações e o aumento da eficiência energética.

O Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo 243-A/2004, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 230/2005, de 29 de Dezembro, estabelece o regime do comércio de emissões de gases com efeito de estufa (Diploma CELE), e aplica-se às emissões provenientes das actividades industriais constantes no Anexo I do mesmo, na quais estão incluídas instalações do Grupo Galp Energia.

Foi publicado em Diário da República o Despacho n.º 2836/2008, que aprova a lista de instalações existentes participantes no Comércio de Emissões, para o período 2008-2012, e a respectiva atribuição inicial de Licenças de Emissão ("LE"). O Grupo considera que a quantidade de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (GEE) atribuídas aos sectores da refinação e da cogeração operado pelo Grupo, para o período 2008-2012, de acordo com o referido Despacho, será suficiente para cobrir as necessidades das instalações, actualmente em operação e considerando os perfis de produção previstos para o quinquénio.

Durante o terceiro trimestre de 2009, as empresas detentoras das licenças de CO2 transferiram um excedente de licenças para a empresa Galp Power, SA, que por sua vez efectuou a venda de parte das mesmas. O Grupo Galp considera que a venda do excedente de licenças de CO2 não inviabiliza a capacidade produtiva do Grupo, sendo as remanescentes licenças de CO2 suficientes para as instalações em produção.

No quadro abaixo apresentam-se as instalações actualmente operadas pelo Grupo, as respectivas licenças anuais de emissão atribuídas no âmbito do PNALE II (Plano Nacional de Alocação de Licenças de Emissão), as quantidades de emissões de gases com efeito de estufa (Ton/CO2) por instalação, a quantidade de licenças transferidas e vendidas, bem como a previsão de emissão de gases:

Empresa	Instalações	Licenças detidas Ton/CO2 a 01/01/2009	Licenças Ton/CO2 atribuídas PNALE II	Licenças Ton/CO2 entregues	Licenças Ton/CO2 transferidas	Licenças Ton/CO2 vendas	Licenças detidas Ton/CO2 a 30/09/2009	Gases emitidos até ao 3º trimestre de 2009 (a)	Previsão anual de emissão de gases 2009
Petrogal	Refinaria de Sines Refinaria do Porto	2.137.550	2.137.550	(1.828.182)	(550.000)	-	1.896.918	1.308.431	1.863.432
		1.098.025	1.098.025	(1.121.765)	(100.000)	-	974.285	690.261	920.346
		3.235.575	3.235.575	(2.949.947)	(650.000)	-	2.871.203	1.998.692	2.783.778
Carriço Cogeração Powercer Galp Power	Cogeração Cogeração n.a.	161.539	161.539	(113.021)	(63.000)	-	147.057	98.923	130.162
		47.192	47.192	(39.419)	(7.000)	-	47.965	28.631	42.294
		-	-	-	720.000	(305.000)	415.000	-	-
		208.731	208.731	(152.440)	650.000	(305.000)	610.022	127.554	172.456
		3.444.306	3.444.306	(3.102.387)	-	(305.000)	3.481.225	2.126.246	2.956.234

(a) Valores pro-forma de gases CO2 emitidos, sujeitos a auditorias ambientais.

Durante o terceiro trimestre de 2009 as instalações transferiram para a empresa Galp Power, SA a quantidade de 720.000 Ton/CO2 em licenças que se encontravam em excesso, sem expectativa de serem utilizadas. Como tal foi

efectuado ainda durante o terceiro trimestre a venda de 305.000 Ton/CO2 em licenças em Bolsa a um preço médio de 13,52 €/TON/CO2 perfazendo um ganho de mEuros 4.124 registado como proveito operacional (Nota 5).

O Grupo considera que as remanescentes licenças detidas a 30 de Setembro são suficientes para as emissões de gases com efeito de estufa previstas até ao final do exercício contabilístico.

O Grupo Galp Energia não reflecte nas suas demonstrações financeiras o reconhecimento de uma eventual valorização ou desvalorização de licenças atribuídas. Caso venha a adquirir ou vender licenças será efectuado o registo contabilístico.

Contudo, caso venha a ocorrer uma insuficiência de licenças serão constituídas as provisões adequadas, caso tal se revele o mais apropriado.

## 26. VARIAÇÃO DO GOODWILL

A variação do goodwill durante o período findo em 30 de Setembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 é apresentada como se segue:

<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>171.506</b>
Aumento devido à alteração do justo valor de participações financeiras:	
Galp Comercializacion Oil España, S.L.	11.589
Galp Gambia, Lda	2.580
Galp Swaziland (PTY) Limited	2.274
	<u>16.443</u>
Aumento devido a aquisição de participações financeiras:	
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. (aquisição de 0,4443%)	329
	<u>329</u>
Redução devido à alteração do justo valor de participações financeiras:	
Galp Distribución Oil España, S.A.U.	(3.690)
	<u>(3.690)</u>
<b>Saldo em 30 de Setembro de 2009</b>	<b>184.588</b>

No decurso do período findo em 30 de Setembro de 2009, a rubrica de goodwill registou uma variação no montante de mEuros 12.753 resultante do trabalho de imputação dos justos valores aos activos adquiridos, passivos e passivos contingentes, decorrente da aquisição de participações financeiras efectuadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o qual se encontra nesta data em curso. Consequentemente, as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras e os justos valores dos activos adquiridos, passivos e passivos contingentes poderão ainda vir a ser ajustados, com referência à data de aquisição e até um período de 12 meses após aquela data, tal como previsto no normativo, em vigor, IFRS 3.

**O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS**

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Massimo Mondazzi

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Dr. Francesco Giunti

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

**Direcção de Relações com Investidores  
e Comunicação Externa**

Tel: +351 21 724 08 66

Fax: +351 21 724 29 65

E-mail: [investor.relations@galpenergia.com](mailto:investor.relations@galpenergia.com)

Website: [www.galpenergia.com](http://www.galpenergia.com)



Galp Energia, SGPS, S.A.  
Sociedade Aberta

Sede: Rua Tomás da Fonseca Torre C, 1600-209 Lisboa

Capital Social: 829.250.635 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

Pessoa Colectiva 504 499 777